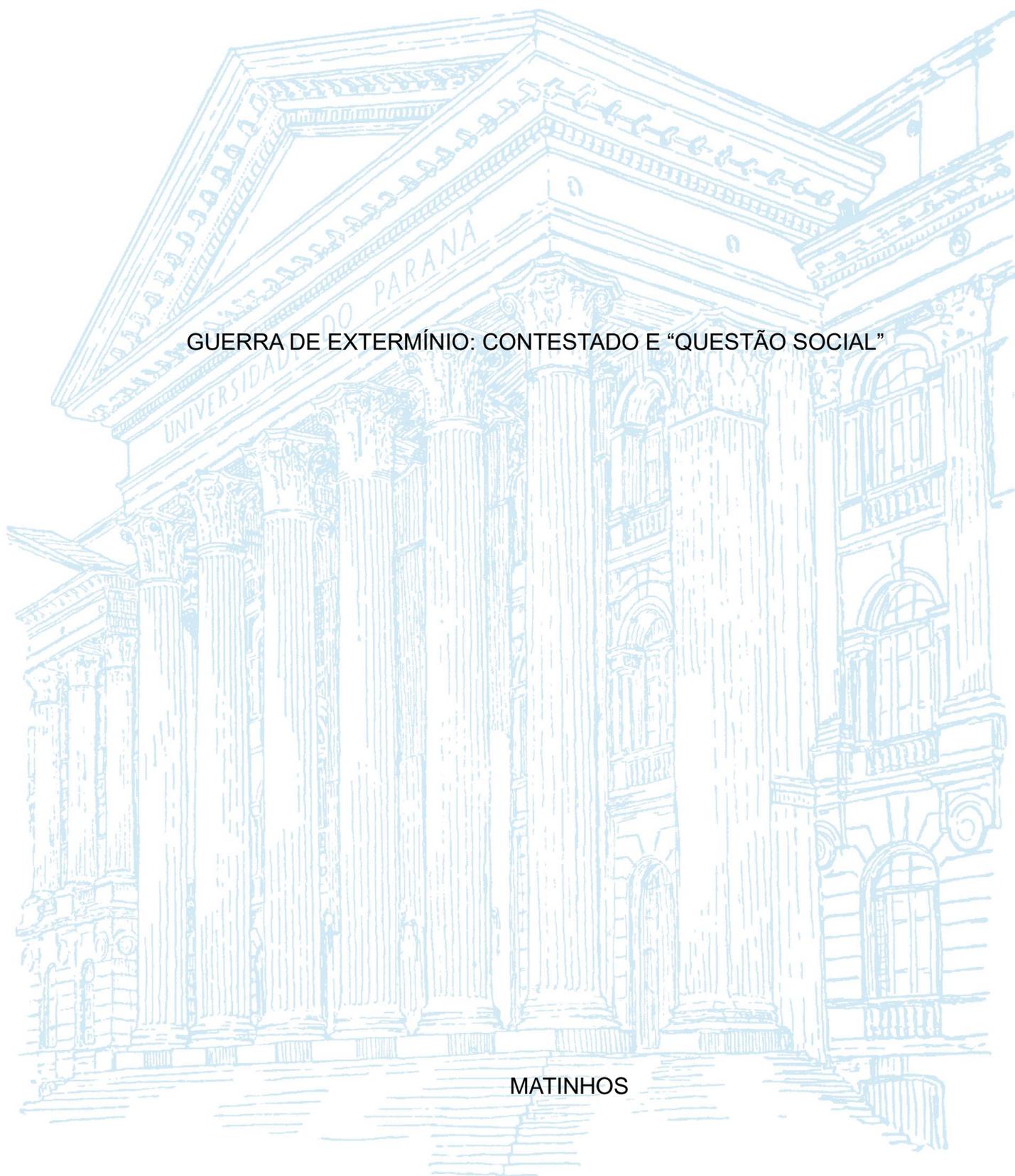


Autocracia burguesa, racismo e encarceramento à luz do pensamento social  
brasileiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARINA BETTEGA

GUERRA DE EXTERMÍNIO: CONTESTADO E “QUESTÃO SOCIAL”



MATINHOS

2024

MARINA BETTEGA

GUERRA DE EXTERMÍNIO: CONTESTADO E “QUESTÃO SOCIAL”

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero

MATINHOS

2024

## TERMO DE APROVAÇÃO

MARINA BETTEGA

GUERRA DE EXTERMÍNIO: CONTESTADO E “QUESTÃO SOCIAL”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Serviço Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

---

Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero  
Orientadora – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

---

Prof. Dr. Antonio Sandro Schuartz  
Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

---

Prof. Dr. Eduardo Harder  
Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná

Matinhos, 17 de janeiro de 2024.

À Maria Inez Gomes Bettega (in  
memorian)

À Maria Odette de Pauli Bettega (in  
memorian)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que nunca mediram esforços para que eu pudesse estudar com qualidade e trouxeram carinho e compreensão em todos os momentos e decisões. Vocês me deram toda tranquilidade para que eu pudesse perseguir sonhos. Não existem palavras para agradecer.

Ao meu irmão Luis, parceiro de sempre, agradeço às discussões, aos incentivos e ao amor, sempre.

À minha avó Maria, entre tantas coisas, agradeço por trazer sorriso e luz na minha vida. Você aquece meu coração e me dá forças para prosseguir em qualquer coisa. Amo você.

À minha orientadora, pessoa incrível por quem tenho muita admiração. Obrigada por aceitar orientar a minha caminhada, sempre com disposição, paciência e cuidado ao apontar tanto os acertos quanto os desvios de rota. Agradeço as discussões, os ensinamentos, a disponibilidade e a perceptível vontade de ensinar.

À Gabrielle Paula de Oliveira pelo seu acolhimento, suas risadas, seu incentivo. As discussões com você sempre foram alegres e proveitosas; que bom encontrar você no caminho.

À Victoria que esteve comigo desde o primeiro dia de aula e partilhou todos os momentos. Foi maravilhoso. Agradeço por toda caminhada.

À Letíssia do museu do Contestado por toda a discussão, indicação de livros e envio de materiais.

Ao Gustavo que me ensinou tanta coisa nessa vida...e despertou a minha curiosidade e amor pelo Contestado.

## RESUMO

A Guerra do Contestado, ocorrida oficialmente de 1912 a 1916 em local hoje definido como meio-oeste catarinense e na região do Irani; envolveu os interesses pela terra de um trust empresarial e da elite agrária local em desfavor dos caboclos e demais habitantes locais. A participação dos governos federal e estaduais no conflito consistiu em promover "guerra de extermínio" contra os menos favorecidos. Atualmente a região apresenta IDH baixo e desigualdade social. Com essas características, é possível divisar questões importantes para o Serviço Social, sendo que as primeiras que devem ser respondidas, por se tratarem do objeto da profissão são: "É possível ler a Guerra do Contestado e suas consequências como expressões da questão social?" e "Quais os elementos presentes e/ou determinantes da Guerra do Contestado, nos possibilita sua interpretação/análise como expressão da questão social?". Para elucidar estas questões, realizou-se pesquisa qualitativa exploratória/explicativa efetivada através de investigação documental e bibliográfica. Tal pesquisa levou à conclusão de que a implantação do sistema econômico capitalismo é precedido pelo tratamento da terra como se fosse mercadoria e pelo esbulho destas por parte da elite; como consequência muitos são empurrados para a pobreza e ficam à mercê do novo sistema, devendo integrar-se ou sofrer as consequências que seriam sanções aplicadas pelo Estado. No caso do Contestado, após açambarcamento, os sertanejos tentaram construir uma nova sociedade com leis próprias; chamaram de redutos. Como não se integraram à nova ordem, foram massacrados pelas forças militares. Todos estes acontecimentos narrados formam a "questão social"; a espoliação das terras; a implantação do sistema capitalista com mudanças profundas nas relações sociais locais; a formação dos redutos, a resistência. Mesmo que os sertanejos não percebessem o todo, ou não fossem politizados em sua maioria, estavam exigindo direitos, apontando que a nova ordem não lhes servia. Já as consequências da Guerra podem ser lidas como expressões da "questão social". Por se tratar de um tema rico infelizmente, no que tange violação de direitos nas mais diversas áreas; a Guerra do Contestado pode ser um campo muito fértil para o Serviço Social, em especial no que diz respeito às expressões da "questão social".

Palavras-chave: "questão social"; Guerra do Contestado"; terras; capitalismo; Estado

## ABSTRACT

The Contestado War, which officially took place from 1912 to 1916 in a location now defined as the Midwest of Santa Catarina and in the Irani region; it involved the land interests of a business trust and the local agrarian elite to the detriment of caboclos and other local inhabitants. The participation of the federal and state governments in the conflict consisted of promoting a "war of extermination" against the least favored. Currently the region has a low HDI and social inequality. With these characteristics, it is possible to identify important questions for Social Work, and the first ones that must be answered, as they are the object of the profession, are: "Is it possible to read the Contestado War and its consequences as expressions of the social question?" and "What are the present and/or determining elements of the Contestado War, do they allow us to interpret/analyze it as an expression of the social issue?" To elucidate these issues, qualitative exploratory/explanatory research was carried out through documentary and bibliographic research. This research led to the conclusion that the implementation of the capitalist economic system was preceded by the treatment of land as if it were a commodity and by the plundering of these by the elite; As a result, many are pushed into poverty and are at the mercy of the new system, having to integrate or suffer the consequences of sanctions applied by the State. In the case of Contestado, after hoarding, the country people tried to build a new society with their own laws; called strongholds. As they did not integrate into the new order, they were massacred by military forces. All these narrated events form the "social question"; the plundering of land; the implementation of the capitalist system with profound changes in local social relations; the formation of strongholds, resistance. Even if the country people didn't understand the bigger picture, or weren't politicized for the most part, they were demanding rights, pointing out that the new order didn't serve them. The consequences of the War can be read as expressions of the "social issue". Because it is an unfortunately rich topic, regarding the violation of rights in the most diverse areas; the Contestado War can be a very fertile field for Social Service, especially with regard to expressions of the "social issue".

Keywords: "social issue"; War of the Contestado"; land; capitalism; state

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONFLITO DO CONTESTADO</b>	
	<b>EVIDENCIANDO SEUS PROTAGONISTAS ..ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>	<b>0</b>
2.1	BATALHA DO IRANI .....	10
2.2	A FORMAÇÃO DOS REDUTOS .....	13
2.3	CONFIGURAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E RELIGIOSA NOS REDUTOS, GÊNESE E EVOLUÇÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.5</b>
<b>3.</b>	<b>ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS QUE GESTAM E</b>	
	<b>INTENSIFICAM O CONFLITO .....</b>	<b>19</b>
3.1	CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO PRÉ-CONFLITO .....	20
3.2	NOÇÕES GERAIS DA ESTRADA DE FERRO NO CONTEXTO BRASILEIRO DO FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XX .....	22
3.3	A ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO RIO GRANDE E O GRUPO FARQUHAR .....	24
<b>4.</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO DAS TERRAS.....</b>	<b>27</b>
4.1	APOSSAMENTO DAS TERRAS, MIGRAÇÕES NO CAMPO: O PAPEL DO ESTADO QUANDO DEFRENTE À QUESTÃO SOCIAL .....	28
4.2.	“TRANSFORMAÇÃO DA TERRA EM MERCADORIA” E CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO DO CONTESTADO .....	31
4.2.1	A terra como “mercadoria” e precificação .....	31
4.2.2	A terra como “mercadoria” e o Contestado.....	32
4.3	ELEMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL” E O CONTESTADO.....	34
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A significância e dimensão da Guerra do Contestado (1912-1916) são muitas vezes engolidas por justificativas simples como “conflito fronteiro entre Paraná e Santa Catarina”; “bando de fanáticos a perturbar, criminosamente, a serenidade da ordem pública. Por isso, as zelosas autoridades governamentais viram-se na contingência de ter que reprimir para calar a boca dos facínoras” (Auras, 2015, p.20); entre outras que ou parecem reduzir o conflito a algo menor ou transformam o caboclo, o sertanejo do meio oeste catarinense que foram espoliados de suas terras e meios de sobrevivência e decidiram resistir em fanáticos, xucros, bandidos, desordeiros, foras-da-lei.

Em números, a Guerra começa a assumir a sua real dimensão: “os gastos com a guerra foram astronômicos e ela provocou um genocídio com a morte de, aproximadamente, 8.000 brasileiros, em sua maioria caboclos pobres que viviam na Região do Contestado” (Valentini, 2010, p.71); o território envolvido e ocupado chegou a 28.000km<sup>2</sup> (Valentini, 2016, p.132).

Mas é quando os principais motivos do conflito surgem e quando é descoberto quem é o sertanejo e por que ele luta, é que se percebe a real importância do tema, inclusive para o Serviço Social, já que seu estudo, além de ajudar a explicar a desigualdade social abissal presente na área atualmente, possibilita a visualização da organização e luta de um movimento popular contra a ordem capitalista vigente (Auras, 2015, p.20).

Assim, entender como o conflito se relaciona com o modo de produção capitalista traz à tona duas perguntas essenciais, a primeira: “É possível ler a Guerra do Contestado e suas consequências como expressões da questão social?” e em sendo a resposta positiva ou parcialmente positiva, a segunda pergunta “Quais os elementos presentes e/ou determinantes da Guerra do Contestado, nos possibilita sua interpretação/análise como expressão da questão social?”

Estas perguntas acabam se mostrando fundamentais no entendimento do conflito, já que este passa a ser visto como é de fato: o massacre de uma população inocente, já muito sofrida em prol do progresso e do lucro.

Entretanto, para responder aos questionamentos apresentados, outros questionamentos secundários serviram como caminho, trazendo os conceitos que deveriam ser adquiridos, as categorias consonantes e balizando o tema. Foram eles

“Como se configuravam as relações de posse e de propriedade da terra no processo que envolveu o conflito do Contestado (configuração da posse anterior ao projeto da ferrovia; a concessão do Estado para apropriação privada; conflito fundiário...)? ”; “Que regulações instituídas pelo Estado brasileiro incidiram no conflito do Contestado? ”; “Como evoluiu o conflito entre os interesses do Grupo Farquhar, a população residente e trabalhadores ferroviários? ” e “Quais os elementos ideopolíticos estiveram presentes no conflito?”.

A partir do objeto e das questões de pesquisa que se apresentaram, ficou claro que esta seria uma pesquisa qualitativa; exploratória/explicativa e que deveria ser conduzida através de investigação documental e bibliográfica.

Assim, o segundo capítulo foi construído de forma a contextualizar a Guerra e seus protagonistas. Tendo em vista a metodologia escolhida explica-se porque não é possível a leitura do Contestado como um conflito lindeiro; os estopins do Conflito ao mesmo tempo em que se mostra alguns elementos políticos como o Coronel João Gualberto e a violência estatal. É no trecho da “formação dos redutos” que pode ser visto o fenômeno interessante da autorregulação, organização da vida comunitária, com regras próprias e “sem a presença do Estado”.

Após esta apresentação inicial, o terceiro capítulo aprofunda algumas percepções que podem ser tidas já no segundo: são trabalhados os aspectos políticos e econômicos pré-conflito e as mudanças que este cenário foi sofrendo próximo à Guerra, principalmente após a vinda e instalação do Grupo Farquhar na região; o que mexeu com questões ambientais, de terra e de correlação de forças.

Por fim, no último capítulo, foca-se no tema das “terras”; traz-se a leitura de Marx no que tange à expulsão de camponeses de suas terras e a relação desta com a formação do exército de reserva e com a “questão social”, possibilitando mediações reflexivas à luz da interpretação marxiana, com o ocorrido na região do Contestado.

Para tanto, a leitura e análise da Lei de Terras de 1850 se mostra fundamental, já que é necessária a reflexão, mediante abstração da análise da realidade inglesa que Marx apresenta, para a realidade do meio-oeste catarinense, mais de 50 anos após e é a Lei de Terras que ajuda a entender a realidade brasileira, de modo a não se configurar como mera transposição da análise de uma realidade a outra. Assim, tornou-se possível responder os problemas de pesquisa apresentados, o que é feito no capítulo 5.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONFLITO DO CONTESTADO EVIDENCIANDO SEUS PROTAGONISTAS

A Guerra do Contestado ainda é vista no imaginário popular como um conflito lindeiro entre Paraná e Santa Catarina. Apesar de ainda haver discussões sobre o peso da questão dos limites estaduais como estopim para a disputa armada, pode-se dizer que tal era de interesse apenas dos governos do Paraná e Santa Catarina e de grandes fazendeiros da região, embrenhados em laços políticos. Neste sentido, Aureliano Pinto de Moura afirma:

Pesquisando o assunto e analisando os fatos registrados, podemos dizer que a questão lindeira não era a preocupação da grande maioria dos sertanejos moradores da região. Estes estavam envolvidos em sua sobrevivência e sofrendo em sua pobreza, esquecidos pelas autoridades competentes e excluídos de uma sociedade semifeudal, dominada pelos “coronéis” e políticos pouco preocupados com os sertanejos. Os caboclos apenas lutavam pela sobrevivência [...]. A insurreição do Contestado foi uma insurreição de cunho social e político, em uma comunidade impregnada por um messianismo rústico rural. (Wehling *et al.*, 2013, p. 275-276).

Ocorre que, se para os sertanejos, o assunto da disputa de limites, a princípio não lhes dizia respeito, para as autoridades paranaenses e catarinenses, este era um problema que se escalava, espirrando na população local, independente desta entender o contexto como um todo este sentido, explica Delmir José Valentini (2016, p.71) “[...] o histórico litígio entre os dois estados criava no território contestado um ambiente de hostilidades. De ambos os lados, grupos eram incentivados a ocuparem espaços, na tentativa de estabelecerem jurisdição sobre a área.”

Some-se a este cenário, o histórico brasileiro recente: a transição do regime monárquico para o republicano, revoltas como Canudos, Chibata<sup>1</sup>. Assim, tem-se elementos para que um desentendimento menor seja o estopim, que deflagrará um conflito maior, mais complexo e intrincado.

### 2.1 BATALHA DO IRANI:

A primeira batalha da Guerra do Contestado, chamada Batalha do Irani ou como trazida pela imprensa paranaense e republicada na obra de Renato Mocellin

---

<sup>1</sup>Para melhor entendimento/ aprofundamento das revoltas citadas, sugere-se a leitura do livro “Antonio Conselheiro nos Sertões de Euclides da Cunha: um enfoque gramsciano”, da autoria de Maria Neide Damasceno e Wilson Correia Sampaio no que se refere a “Canudos. E do artigo “A Revolta da Chibata e seu Centenário” escrito por Álvaro Pereira do Nascimento e disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/190/152>>

(2015, p.13) “A catástrofe nos Campos do Itany” nasceu, como visto no tópico anterior, de um acontecimento que poderia ser banal, mas em um momento politicamente e economicamente conturbado.

Parece ser unânime a forma como os acontecimentos se encadearam. Para assegurar entendimento mais aprofundado, será trazido o ponto de vista compartilhado pelos autores Marli Auras (2015), Renato Mocellin (2015) e Delmir José Valentini (2016).

José Maria era um curandeiro que vivia pela região, “conhecedor das propriedades medicinais de diversas plantas da região, com as quais criou uma verdadeira farmácia do povo, atendendo a todos com respeito e dedicação [...] era visto como médico dos pobres e sacerdote das massas excluídas” (Mocellin, 2015, p. 47). Não era monge como foram João Maria d’Agostini ou João Maria de Jesus, mas passou a assumir o local vazio deixado por estes (Auras, 2015).

Aliás aqui cabe colocar que a confiança e em alguns pontos a veneração dos sertanejos em monges e peregrinos a ponto de tentarem seguir algumas dessas figuras (as mais notáveis citadas no parágrafo anterior) vêm da assimilação popular desses como pessoas da comunidade, diferente de autoridades religiosas oficiais como o Frei Rogério Neuhaus. Como coloca Renato Mocellin (2015, p.51):

É bom acrescentar ainda que os padres cobravam para rezar missas, fazer batizados, etc., enquanto o monge fazia orações, curas e dava conselhos gratuitamente. Ademais, a mensagem do monge era facilmente compreendida pelos sertanejos, o que na maioria das vezes não ocorria com o discurso do padre.

Mas, retornando ao estopim da Guerra, em 1912 José Maria compareceu com alguns de seus seguidores a uma festa em Taquaruçu, município de Curitiba (Auras, 2015, p.66), circunstância na qual, com intuito de reafirmar seu poder, o chefe político local “coronel” Francisco de Albuquerque mandou chamar o “monge” à sua residência a fim de tratar um familiar doente (Valentini, 2016, p. 125). O “monge” não foi. “Para eximir-se da responsabilidade de atacar o monge e seu séquito, [...] Albuquerque telegrafou para o compadre e governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, comunicando que os fanáticos haviam proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu.” (Valentini, 2016, p.125-126).

Conforme anteriormente colocado, a República era fato relativamente novo, depois de mais de três séculos de Brasil colônia e quase 70 anos de império e,

depois de Canudos, um comunicado como o feito por Francisco Albuquerque causaria tumulto.

José Maria fugiu para os campos do Irani; na época ocupados pelo Estado do Paraná.

Longe de entender a questão como uma afronta à República, como especulava a imprensa curitibana da época<sup>2</sup>, “o governador do Paraná [...], julgou tratar-se de manobras do governador catarinense, a fim de garantir a execução da sentença do Supremo Tribunal Federal no caso dos limites.” (Valentini, 2016, p.127).

Assim, o coronel João Gualberto foi enviado pelo governo do Estado do Paraná para “resolver o problema” e “resolver o problema” deve ser lido como “os “fanáticos” deveriam ser presos e levados amarrados para Curitiba, onde seriam exibidos à imprensa e ao público. Seria uma demonstração de força do Estado do Paraná, então em disputa com Santa Catarina na questão de limites.” (Mocellin, 2015, p.29).

Houve tentativas de negociação, inclusive uma proposta por parte de José Maria para retirar-se da localidade em 24 horas (Valentini, 2016, p.128). Entretanto, o militar “demonstrou uma falta de preparo enorme para com a situação ao ver sertanejos como se fossem inimigos estrangeiros que estivessem invadindo a pátria. Pior, ameaçou-os uma guerra de extermínio” (Mocellin, 2015, p.23).

Então, no inevitável confronto, caíram ambos, José Maria e João Gualberto.

O segundo virou herói na sociedade curitibana, neste sentido, manchete do Jornal Diário da Tarde, trazida por Auras (2015, p.70): “as homenagens ao **grande morto**”. Atualmente é nome de importante avenida da capital paranaense, além de nome de rua em outras cidades.

Já José Maria passou a fazer parte do misticismo local. “Enterrado” de forma a facilitar o seu “retorno”, a crença é que este voltaria, afinal, “ele não havia morrido, apenas ‘desaparecera’.”(Auras, 2015, p.75).

---

<sup>2</sup> A autora Marli Auras traz em seu livro (2015, p.69) interessantes exemplos de manchetes jornalísticas especulando serem os movimentos de José Maria um desafio à instituição República.

## 2.2 A FORMAÇÃO DOS REDUTOS

Finda a batalha do Irani, os sertanejos dispersaram. Ocorre que durante um ano após a partida de José Maria “fugido pelas nuvens num cavalo” (Auras, 2015, p.75) disseminou-se a ideia que o monge voltaria.

Não só voltaria, como traria consigo o grande exército de São Sebastião (Vinhas de Queiroz, 1966 p. 119).

Assim, decorrido um ano, Teodora, neta de Eusébio Ferreira dos Santos, relatou ter tido visões do monge. Segundo a mesma, havia “a necessidade de todos se dirigirem a Taquaruçu a fim de aguardar o retorno do monge junto ao ‘exército encantado’ de São Sebastião” (Machado, 2004, p.198)<sup>3</sup>. E assim, a família de Teodora procedeu:

Em poucos dias, nas vizinhanças de uma igreja lá já existente, foram erguidas algumas dezenas de casas, feitas de tábuas rústicas de pinheiros, dispostas proximamente de modo a formar ruelas. Uma semana depois, já se podia contar cerca de 300 moradores - entre homens, mulheres e crianças - na “cidade santa”. E diariamente chegavam mais caboclos; famílias inteiras traziam mantimentos e seus parques haveres (Auras, 2015, p.82).

E assim, o reduto foi crescendo e aos poucos foram sendo adotadas regras rígidas que exerciam os papéis de manter a ordem e ao mesmo tempo servir de elemento aglutinador do grupo, mantendo uma identidade e coesão interna deste. Neste sentido, mesmo sendo líder do reduto, Manoel, irmão de Teodora, foi deposto e submetido à surra quando apresentou comportamento que poderia romper com tal lógica (Auras, 2015).

Algumas das regras são exemplificadas por Auras (2015, p.169) tais como “a proibição de sair da ‘cidade santa’; as surras, aplicadas durante as formas<sup>4</sup>, aos cétricos; a distribuição igualitária de todos os recursos existentes.”

Ainda, chama-se a atenção para o fato de que os ensinamentos de José Maria e dos monges d’Agostini e de Jesus continuavam a ser o principal fator de coesão do grupo, mesmo que isso significasse romper com a autoridade eclesiástica oficial. Elucidativo foi o episódio ocorrido com Frei Rogério.

<sup>3</sup> Aqui os estudiosos divergem, Maurício Vinhas de Queiroz traz a informação que quem falou sobre a ida à Taquaruçu teria sido Manoel, irmão de Teodora, o qual também teria visões de José Maria. Já, Paulo Pinheiro Machado acredita que a ida a Taquaruçu tenha partido de Teodora.

<sup>4</sup> MOCELLIN (2015, p.100) explica que as formas eram cerimônias onde “eram transmitidas as ordens, feitas as rezas, as procissões, os cânticos e troavam-se exaltações e vivas ao monge”.

O religioso fora incumbido da missão de convencer os sertanejos a deixar o reduto e dispersar. Os sertanejos quase o surraram. Estavam sendo rompidas as estruturas sociais vigentes até então:

[...] uma forte ideia de liberdade animava o ajuntamento dos sertanejos. A liberdade aparece associada à ruptura com todas as antigas autoridades, principalmente dos coronéis, e, no caso mais específico, do coronel Albuquerque de Curitibaanos. A liberdade apresenta-se também em relação ao clero franciscano, que não cansava de tentar catequizar os sertanejos a favor de sua rigorosa disciplina ultramontana e sufocava a população com constantes sermões contra a memória dos monges João Maria e José Maria. (Machado, 2004, p.203).

Mas antes de prosseguir com o relato, torna-se imprescindível refletir sobre alguns pontos importantes do surgimento e desenvolvimento dos redutos.

Ao rever a estória de Teodora, se poderia, de forma rasa, pensar que o homem sertanejo era crédulo, simplório, fanático. Longe disso. Ocorre que “profundas mudanças estavam ocorrendo na região, o capitalismo chegava, mostrando a sua face” (Valentini, 2016, p.85). Não é preciso dizer que nenhuma das mudanças foi favorável aos sertanejos. Espoliação de suas terras, de seu meio de sobrevivência (no caso da economia em torno do mate), imposição de mudanças ambientais, introdução de estrangeiros e de grande contingente de trabalhadores alheios à região (que depois, em partes, se uniram aos sertanejos). Neste sentido, impossível não citar os grandes catalisadores das mudanças: a empresa Brazil Railway Company (e suas subsidiárias) que, através de intrincada relação de poder e trocas mútuas, estabeleceu relações profundas com os governos (federal e estaduais – em especial o governo do Estado do Paraná).

Assim, traz-se a explicação completa, abrangente e elucidativa da professora Auras (2015, p.52) para a formação dos redutos:

Incapaz de perceber – numa perspectiva de totalidade - os mecanismos econômicos, políticos e sociais que, em seu processo de dominação e complexificação, atribuíam sentido ao estrangulamento de sua existência, o homem do interior não tem condições de conferir um cunho claramente político à sua luta e, desta forma, encaminhá-la pelas instâncias seculares da República, uma vez que as relações sociais presentes não lhe são transparentes, a não ser de forma difusa, assistemática. É a práxis religiosa, como veremos adiante, a possibilidade concreta pela qual o rebelde de serra acima poderia dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença efetiva, ainda que momentânea, no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor.

Com estas reflexões, volta-se ao tema da formação dos redutos. Redutos, no plural, pois houve períodos em que mais de um reduto existiu de forma concomitante.

### 2.3 CONFIGURAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E RELIGIOSA NOS REDUTOS, GÊNESE E EVOLUÇÃO

Conforme coloca Delmir José Valentini “o grande número de redutos que existiram, as denominações que receberam e a mobilidade entre eles dificultam qualquer mapeamento e estudo no sentido de compreendê-los.” (2016, p.142-143). Deste trecho pode-se extrair que a causa sertaneja, num primeiro momento, atraiu muita gente; mas também é possível deduzir que o elevado número de redutos em certo momento, teve como causa, além de desentendimentos internos, a necessidade de proteção contra ataques externos.

A primeira cisão, que originou Caraguatá a partir de Taquaruçu, teve ambos os elementos: interno e externo. Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004) tropas federais e do Regimento de Segurança de Santa Catarina atacaram o reduto de Taquaruçu sob chefia do então deputado Lebon Regis (importante lembrar, quando se pensa criticamente na História oficial, este foi homenageado como nome de uma cidade na região, assim como João Gualberto.). Os sertanejos levaram a melhor em cima de um contingente militar despreparado. Entretanto, Joaquim, o novo vidente, trouxe a ordem de realocação do reduto visando maior segurança. A mudança aconteceu, mas “em Taquaruçu permaneceu um grupo de pouco mais de 300 pessoas [...] os que ficaram não acreditaram na profecia de Joaquim” (Mocellin, 2015, p.110). A imensa maioria foi morta no ataque seguinte.

Assim, com o tempo, foram sendo criados novos redutos e movida a localização de outros.

Novas regras também foram introduzidas com o tempo; outras foram sedimentadas ou adaptadas de acordo com as necessidades que surgiram ou se modificaram.

Os videntes, chamados de “meninas virgem” ou “meninos-deus”, prosperaram em vários redutos, trazendo a palavra do “monge” que era repassada, conforme a conjuntura e particularidades do reduto, para um conselho ou direto para o comando militar, este chamado “pares de França”.

E, neste sentido, ressalta-se que exercer o papel de vidente também poderia significar liderança -expressiva, mesmo para mulheres: “suas participações e atuações foram de extrema influência e protagonismo, a ponto de serem aceitos como seres sagrados.” (Tomazi, 2008, p.127).

Aliás, a dinâmica dos redutos possibilitou não só o despontar de lideranças muito jovens como aponta Tomazi (2008), mas também de figuras femininas.<sup>5</sup> Dentre elas destaca-se Maria Rosa, vidente e elevada a chefe do Reduto de Caraguatá era descrita como “carismática, capaz de atrair a atenção de todos, falava desembaraçadamente, e eram-lhes atribuídas qualidades excepcionais como vidente e comandante. Dificilmente alguém fazia algo sem consultar quem tudo sabia” (Felippe, 1995 *apud* Tomazi, 2008, p.129).

Já a defesa da monarquia, antes acusação sem muito fundamento, feita para atacar fisicamente e desacreditar os sertanejos, foi adotada por estes, mesmo que de forma equivocada. Traz o autor Machado (2004, p. 216), que para os sertanejos, “a monarquia não significava um retorno ao passado, nem um projeto político definido em termos formais” e sim a negação do poder dos “coronéis”, da estrada de ferro, da nova realidade social, político e econômica representada pela República (Auras, 2015, p.94). Assim, a adesão dos caboclos a uma luta anti-republicana com “vivas à Monarquia” e a cunhagem da expressão “a Monarquia é a lei de Deus, enquanto que a República é a lei do diabo”, tem conotação bastante particular no Contestado, não devendo ser interpretada literalmente como uma luta restauradora.

As normas econômicas traziam uma divisão que procurava ser igualitária e satisfazer as necessidades básicas de todos. Ficou famoso um trecho de entrevista publicado no Diário da Tarde sobre o assunto: “Quem tem mói; quem não tem mói também, e no fim todos ficarão iguais (Diário da Tarde *apud* Mocellin, 2015, p.149). Neste sentido, completa o autor Mocellin (2015, p.148): “eram socializados os meios de subsistência e alguns artigos de consumo. Armas e montaria eram consideradas propriedades particulares, sendo comuns as trocas, porém jamais ocorriam a compra e a venda, que eram punidas com a pena de morte”.

Valentini (2016, p.138) argumenta que:

---

<sup>5</sup> Para aprofundamento no tema das figuras femininas do Contestado, sugere-se a leitura do artigo “Mulheres sem rosto e obliteradas no chão patriarcal do contestado: o papel e atuação da mulher cabocla, para além da liderança feminina na Guerra do Contestado”

[...] na fase inicial, a fartura e o entusiasmo religioso animavam, e garantiam a fraternidade. Com certeza muitos alcançavam vida melhor do que aquela que levavam nos seus ranchos isolados. A fartura de carne, de chimarrão e de produtos da roça deixavam os moradores alegres e eufóricos.

Ocorre que viver sob constante ataque e mudança de localização acaba por provocar alguns problemas. O primeiro vem a ser a insegurança alimentar e o segundo o florescimento de normas de caráter autoritário junto com o fortalecimento e valorização dos aspectos “militares”.

Sobre a insegurança alimentar, é lógico pensar que a mudança constante de local impede, ou ao menos mingua a produção de gêneros alimentícios próprios: “a necessidade de mudarem de reduto muitas vezes impedia a colheita do que foi plantado. Os ataques militares impediam a estabilidade econômica” (Mocellin, 2015, p.148). Assim os caboclos teriam que recorrer a doações à pecuária; ao roubo/furto ou à coleta de sementes e frutos. Encontra-se na literatura, registro de terem morrido de fome muitas crianças e estarem os sobreviventes tentando saciar a fome com miolo de xaxim e qualquer artigo de couro encontrado. (Valentini, 2016, p.225.).

O estudo mais detalhado do estrangulamento das opções de alimentação e comércio dos redutos é enriquecedor, pois permite entrever particularidades do período, da forma de pensar de ambos os lados do conflito, da determinação dos sertanejos em defender seu modo de vida e, ainda, perceber que se não fossem as relações comerciais, o movimento não teria conseguido resistir por tanto tempo.

Independente se as relações comerciais se davam por parte dos negociantes visando unicamente o lucro, se tinham como objetivo de certa forma também fortalecer os redutos, se eram dadas na base do medo e intimidação ou se desenvolviam por uma combinação destes fatores; eram através destas que os sertanejos obtinham remédios, sal, armas e munições (Mocellin, 2015, P.148). A percepção da importância dessas relações e de outras formas que os caboclos tinham de conseguir comida e bens essenciais foi fundamental para o general Setembrino, incumbido de exterminar os redutos, montar sua estratégia vencedora:

Para dar um fim à expansão rebelde, Setembrino planejou um grande cerco formado por quatro colunas, cerco que deveria restringir o movimento rebelde à uma área limitada, com isolamento dos principais centros comerciais. Desta maneira, para ele, “era preciso, antes de tudo, quebrar-lhe a impetuosidade, lentamente, a fome; e não expor a tropa à influência

desmoralizadora das emboscadas traiçoeiras [...].(PINHEIRO MACHADO, 2004, p. 267).

Além da fome, Setembrino pôde contar com mais um elemento desagregador: a militarização nos redutos. Supremacia das classes militares, sobreposição da segurança coletiva e autoritarismo são elementos que se tornaram de fácil visualização: o papel de liderança dos “meninos-deus” e das “virgens” foi tomado por “comandantes de briga” como Chiquinho Alonso e Adeodato; a entrada no movimento rebelde passou a ser muitas vezes obrigatória para moradores da região, os quais deveriam entrar para os redutos ou fugir, do contrário seriam mortos; a liberdade de ir e vir era inexistente, sendo necessária autorização mesmo para a caça, pesca e coleta de frutos e, após a derrota para Setembrino, o ápice do autoritarismo: “Adeodato chegou a proibir qualquer tipo de lamentação. Era proibido chorar.” (Valentini, 2016, p.228).

A destruição do reduto de Santa Maria pelas forças do general Setembrino e posterior destruição dos redutos de São Miguel; Pedras Brancas e São Pedro pelas forças policiais do Paraná, Santa Catarina, vaqueanos e reduzidas tropas do exército (Valentini, 2016, p.226) marcaram o fim da Guerra do Contestado.

“Com cinco anos de guerra, 9 mil casas foram incendiadas e 20 mil pessoas mortas. O custo para o País foi, na época, de cerca de 3 mil contos de réis”. (Vinhas de Queiroz *apud* Carvalho *in* Wehling, 2013, p. 47). Sobre as perdas, impossível estimá-las especialmente a longo prazo, “como sabemos, venceram os coronéis, as companhias estrangeiras, os políticos inescrupulosos e toda sorte de especuladores. Quem perdeu foi o povo” (Mocellin, 2015, p. 215).

A dimensão do conflito fica clara com a comparação de fatos que CARVALHO traz: “o Contestado durou mais tempo e produziu mais morte que Canudos” (Carvalho *in* Wehling, 2013, p. 47).

### 3 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS QUE GESTAM E INTENSIFICAM O CONFLITO

No tópico anterior, indicou-se, de forma não aprofundada, que a região do contestado vinha sofrendo uma série de mudanças em sua configuração econômica, política, social e ambiental; as quais foram injustas à maioria dos habitantes da região e atribuídas erroneamente por estes ao advento da República. Como explica Auras (2015,p.49):

Há uma nova correlação de forças em constituição. A caminho de sua realização, a ordem capitalista desestrutura as tradicionais relações de dominação. E, neste movimento histórico, não tendo voz nem vez no jogo econômico-político de então, o marginalizado homem sertanejo procura, como veremos, elaborar seu próprio modo de explicar e atuar sobre o mundo.

Estas mudanças, apontadas por diversos autores<sup>6</sup> como as verdadeiras razões do conflito foram catalisadas pelo chamado conglomerado Farquhar que incluía a empresa Brazil Railway Company e suas subsidiárias. Estas possuíam a incumbência de construir o trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul e promover a colonização da região. As atividades do conglomerado também incluíam a retirada e beneficiamento de madeira-de-lei. Em um resumo feito por Mocellin (2015, p.224):

No começo do século XX o caboclo vivia razoavelmente na sua *casa verde* de pinheiros ou imbuías, cultivando a sua rocinha e explorando a erva mate. Veio a Lumber<sup>7</sup>. Acentuaram-se as canalhices dos políticos e a violência dos *coronéis* da roça. Sertanejos passaram a ser oprimidos e expulsos das terras que ocupavam. Muitos se revoltaram, lutaram com denodo. Foram massacrados. Seus descendentes hoje vivem na miséria. Já os pinheiros quase não existem mais, as imbuías sumiram e a fauna, outrora tão rica, desapareceu.

Portanto, para compreender melhor as questões referentes ao Contestado, necessário se faz ampliar o olhar especificamente sobre os aspectos políticos e econômicos que gestaram e intensificaram o conflito e estes aspectos orbitam, necessariamente em torno do conglomerado Farquhar.

---

<sup>6</sup> Neste sentido, Marli Auras, Renato Mocellin, Delmir José Valentini, Rosângela Lunardelli Cavallazzi, Marcia Janete Espig, entre outros

<sup>7</sup> Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway Company, parte do conglomerado Farquhar

Assim, primeiramente será trazido um panorama de como funcionava a sociedade alvo antes da chegada do conglomerado e, após, como a atuação desta produziu as referidas mudanças.

### 3.1 CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO PRÉ CONFLITO

Thomé (2010, p.148) afirma que os revoltosos eram compostos de “peões, tropeiros, agregados, extratores de erva mate, sertanejos, camponeses, colonos [...]”. Esta informação permite extrair e deduzir parte da configuração do cenário econômico e político pré-conflito.

A presença de peões e tropeiros indica que existia na região produção pecuária comercial e, por conseguinte, concentração de grandes áreas de terra na mão de poucas pessoas, as quais detinham também o poder político. Neste sentido, detalha Machado (2004) que tropeiros passavam pela região, vindos do Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba e que por causa disso, começaram a se formar “fazendas de internada e criação”, para que o gado pudesse descansar e engordar antes do destino final.

O autor detalha como funcionavam as relações peão<sup>8</sup>/fazendeiro:

O peão era, normalmente, um morador agregado à fazenda que possuía um pedaço de terra “de favor” [...]. O peão deveria dar conta de toda lida rotineira do campo [...]. Como homem de confiança de seu patrão, o peão era também um leal soldado à disposição das iniciativas políticas e militares de seu chefe e, com razoável empenho, muitas vezes dava sua vida nas revoluções e lutas contra desafetos locais de seu comandante. Com frequência, os fazendeiros eram padrinhos de batismo dos filhos dos peões e agregados [...]. Para os trabalhadores sertanejos, o batismo significava, principalmente, um meio de proteção à criança [...]. Para o fazendeiro, apadrinhar uma criança significava assumir um conjunto de compromissos ligados ao auxílio do afilhado, mas receber, em contrapartida, a lealdade tanto do afilhado como de seu compadre (PINHEIRO MACHADO, 2004, p.67).

Quanto aos camponeses e lavradores, estes procuravam terras afastadas para se fixar e constituir vida relativamente independente. Valentini (2016, p.61) cita Vinhas de Queiroz e Avé-Lallemant para explicar esse modo de vida:

Os lavradores, geralmente mais afastados das fazendas de criação de gado, dedicavam-se a pequenas plantações (Vinhas de Queiroz, 1966, p. 39).

---

<sup>8</sup> Em sua obra, Marli Auras diferencia agregado de peão, explicando que o primeiro fixava-se na fazenda, trabalhando nesta o ano todo e que o peão era em geral descendente de grupos indígenas e exercia trabalho eventual na fazenda, em geral nos meses de maior necessidade.

Entre os lavradores, é possível citar os caboclos, que se estabeleciam nas terras como posseiros, tiravam da natureza o sustento, levando uma vida pacata e de privações. Enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos na floresta, pois “[...] eram homens que não queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades.” (Avé-Lallemant, 1980, p.94).

Valentini (2016, p.61), ainda, cita Vinhas de Queiroz para explicar que entre essa população havia muitos colonos estrangeiros que, diferente das levas de imigrantes que vieram devido à intervenção do conglomerado Farquhar e do governo, “se integravam com maior facilidade à população local” (MACHADO, 2004, p.152).

Outra função citada por Thomé e de grande importância na economia local no período é a de extrator da erva mate ou peão ervateiro: “homens sem terra construíam toscas moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha-pão. Na bodega mais próxima, era possível trocar o produto de seu trabalho por bens manufaturados.” (Auras, 2015, p.35).

Entretanto, esse modo de subsistência começou a sofrer mudanças antes mesmo da destruição da floresta pelo grupo Farquhar:

[...] nas terras dos “coronéis”, os agregados e os peões, durante longo tempo, podiam servir-se dos ervais porventura existentes, sem qualquer proibição. Quando, porém, o mate viu seu valor comercial ser crescentemente reconhecido e, na medida em que escasseavam as terras devolutas, os “coronéis” começaram a coibir o que denominavam “coleta abusiva do mate” em terrenos da sua propriedade. (Auras, 2015, p.36).

Outros fatores de mudança foram o aumento dos impostos de exportação sobre o mate pelos governos estaduais e a queda do preço do mate haja vista a hiperprodução (Auras, 2015, p.36). Assim, esse “desmantelamento da estrutura exploratória do mate, ainda que incipiente, foi certamente também fonte geradora de inconformismo entre os muitos homens que dela dependiam” (Auras, 2015, p.37).

Tendo sido trazida a questão do mate, importante salientar que a configuração da vegetação da área também era determinante, não só para a sobrevivência dos peões ervateiros, mas para as demais formas de subsistência. Para aqueles que criavam porcos, o pinhão e os frutos silvestres serviam de alimentação para a criação (Valentini, 2010, p.57-72); o pinhão, em especial também era usado na alimentação humana (Mocellin, 2015, p. 69). A floresta também era lar de animais e recursos que complementavam a alimentação do sertanejo: “pássaros, tatus, veados, antas, etc. – mel de abelha e palmitos.” (Mocellin, 2015, p. 69).

Por fim, quanto à questão de distribuição de terras, conforme visto anteriormente, existiam grandes propriedades, utilizadas para a criação de gado e, pequenas posses ocupadas por camponeses e lavradores que não se fixavam como agregados nas grandes fazendas. Auras (2015, p. 34) traz olhar importante para o entendimento da correlação de forças no que tange a terra:

[...] Assim, paulatinamente, as áreas devolutas eram adquiridas em vastas porções, sendo o título de propriedade formalizado pelos governos imperial e republicano por todos aqueles que, no jogo econômico-político de então, eram suficientemente fortes para terem seus interesses atendidos. Aos que não tiveram a ventura de pertencer a esse privilegiado grupo, restava ainda o acesso às terras mais distantes, ou o uso daqueles pedaços não próprios para a prática pastoril, mas com ervais, ou próximo deles, sempre, no entanto, na indigente situação de posseiros, à mercê dos interesses expansionistas dos senhores latifundiários ou do surgimento de novos e fortes interessados.

Cavallazzi (2003) observa que o número de posseiros foi aumentando com o tempo, já que muitos deles eram “antigos agregados que não encontravam mais fazendas de gado para se ‘protegerem’.” (2003, p.74), ou seja, o sistema de apadrinhamento e agregados começou a apresentar rupturas devido ao crescimento populacional.

O mecanismo que unia, ou melhor, abafava as tensões entre proprietários/latifundiários e agregados/posseiros terminou de ruir com o alinhamento dos primeiros com os interesses do conglomerado Farquhar conforme será visto no tópico subsequente.

### 3.2 NOÇÕES GERAIS DA ESTRADA DE FERRO NO CONTEXTO BRASILEIRO DO FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XX

Sinônimo de progresso tecnológico, “o transporte ferroviário desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX, visto que possibilitou a circulação de mercadorias e a realização do capital em uma velocidade jamais experimentada anteriormente.” (Reis, 2019, p.2): produtos de perecimento rápido poderiam alcançar novos e mais distantes mercados consumidores; tropeiros e intermediadores tornavam-se dispensáveis, já que animais poderiam simplesmente serem embarcados de trem; a chance de extravio do total ou parte da carga reduzia-se, reduzindo-se também o risco da atividade; ou seja, a margem de lucro aumentava em várias frentes.

Porém, necessário lembrar, que “essa nova tecnologia também foi utilizada como instrumento de dominação e colonização, na medida em que representava um elemento civilizatório e atendia aos interesses da acumulação capitalista” (Borges *apud* Reis, 2019, p.2).

No Brasil, a primeira estrada de ferro data de 1854; sendo que as ferrovias eram construídas por capitais estrangeiros, já que a elite e o governo brasileiro não conseguiam financiar tais obras (Mocellin, 2015, p.77). Assim, durante anos, foram dados por parte do Governo Imperial diversos incentivos a novas ferrovias (Thomé, 2010, p.23).

Entre os incentivos, os autores Mocellin (2015) e Thomé (2010) citam: subvenção por quilômetro construído; cessão gratuita de terras devolutas ao redor da linha férrea construída; garantia de juros sobre o capital necessário para a construção.

Já os deveres com os quais as empresas arcavam, envolviam prazos curtos de início e finalização das obras, colonizar a região ao redor dos trilhos, “transportar gratuitamente colonos, imigrantes, além de sementes e plantas enviadas a estes pelo governo, e, ainda, de malas do correio” (Espig *in* Wehling *et al.*, 2013, p. 159-192).

Além dos citados incentivos, o Brasil, durante Governo Imperial e na chamada República Velha, procurou manter e ampliar a malha ferroviária mesmo que tal esforço envolvesse absorver para si desvantagens financeiras:

Desde os primórdios, a União assumiu uma posição fundamental. Concedendo variados benefícios às empresas, assumindo ferrovias privadas à beira da falência ou arrendando-as por valores módicos, buscava assim atrair e preservar os investimentos estrangeiros em nossa malha ferroviária, a um custo muitas vezes bastante alto. Entende-se, assim, por que a questão política era tão importante na constituição de uma ferrovia. (Espig *in* Wehling *et al.*, 2013, p. 159-192).

Ao observar este posicionamento adotado pela União, é possível reanalisar o que foi trazido sobre a Guerra do Contestado e começar a entender o posicionamento dos Governos federal e estaduais no conflito ao massacrar quem estivesse no caminho da construção e funcionamento da Estrada de Ferro. O interesse nas linhas férreas suplantava as perdas financeiras, porque não suplantaria perdas humanas?

### 3.3 A ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO RIO GRANDE DO SUL E O GRUPO FARQUHAR

A Estrada de Ferro que corta a região do Contestado, hoje conhecida como Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, foi proposta ao governo pelo engenheiro Teixeira Soares, com os objetivos de conectar os estados do Sul com São Paulo e de ser uma ferrovia “colonizadora” (Thomé, 2010, p.25); ou seja, a ferrovia deveria passar pelo interior e “promoveria a colonização nos terrenos marginais, garantindo assim movimento de transporte para a estrada, e atendendo aos anseios imperiais de promover a ocupação de terras incultas (Thomé *apud* Valentini, 2016, p.73-74).

Teixeira Soares conseguiu a concessão para construir a linha, mas mesmo antes do início das obras, algumas questões sobre a propriedade de terras, que, posteriormente viriam a dar causa ao conflito começaram a surgir:

Com a cogitação da construção da Ferrovia e a eminente futura valorização das terras circunvizinhas, despertou-se o interesse dos fazendeiros em adquirir terras devolutas ainda existentes na região. Com a Proclamação da República e a passagem de terras devolutas da União para os Estados as facilidades aumentaram, principalmente por causa dos interesses dos governos estaduais que pretendiam firmar domínio administrativo sobre o Contestado. (Valentini, 2016, p. 74).

Diferentes empresas atuaram na construção da referida linha férrea, entretanto, após diversas mudanças e trocas, “no ano de 1906, o Grupo Farquhar, por meio da Brazil Railway Company, adquiriu a concessão para construir a EFSPRG” (Mocellin, 2015, p. 81).

O Grupo Farquhar, também conhecido como Sindicato Farquhar, com origem estado-unidense, se fez presente em negócios por toda América Latina, incluindo Cuba, Guatemala, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia no Brasil. Já a Brazil Railway Company (BRC) era uma holding criada para administrar outras empresas envolvidas na construção e administração de linhas férreas. Destaca-se que da Brazil Railway Company surgiu a subsidiária Southern Brazil Lumber Company, criada especificamente para a exploração dos abundantes pinheiros, imbuias e outras madeiras nobres ao redor das linhas férreas a serem construídas no Contestado. Posteriormente veio a se chamar Southern Brazil Lumber e Colonization Company (SBLCC) “com o objetivo de colonizar as terras esbulhadas.” (Mocellin, 2015, p.85).

Com a assunção da construção da linha EFSPRG, a BRC passou a enfrentar o problema da falta de mão de obra, mas para a empresa, a solução não passava por contratar os moradores do Contestado:

Um dos problemas enfrentados pela EFSPRG na construção da Linha Sul era a falta da mão de obra adequada aos trabalhos. A própria noção do que seria adequado incluía preconceitos contra a mão de obra nacional e especialmente contra os trabalhadores do interior contestado, os caboclos. (Espig *in* Wehling *et al.*, 2013, p. 159-192).

Os trabalhadores foram então “contratados em todo território brasileiro” (Thomé *apud* Valentini, 2016, p.78) e na Europa (Mocellin, 2015, p.83). Segundo estimativa de Mocellin (2015, p.83) trabalharam de seis a oito mil homens na estrada de ferro.

Entretanto, as condições de trabalho não condiziam com o propagandeado pela própria, fazendo com que muitos trabalhadores fugissem:

As péssimas condições de trabalho; a precariedade das instalações; a alimentação cara e de má qualidade; os maus tratos; as promessas não cumpridas fizeram com que muitos trabalhadores fugissem. [...] Para manter a segurança, havia uma guarda de 200 homens armados. Os que protestassem ou reagissem diante dos desmandos dos feitores eram duramente punidos. (Mocellin, 2015, p. 83-84).

E aqui faz-se um parênteses para explicar o destino destes trabalhadores: a promessa de levá-los de volta ao local de origem após o término dos serviços nunca foi cumprida. Estes continuaram pela região, sem conseguir retornar ou se reinserirem de forma efetiva na economia local (Thomé, 2010).

A presença dos citados guardas, mostra um pouco do poder da BRC e do grupo Farquhar: o número de “guardas” era equivalente à força policial do estado de Santa Catarina e atuava à margem da lei nos interesses do contratante: “essa força paramilitar era composta de duzentos homens que agiam sem a menor complacência contra o caboclo, incendiando-lhes as casas e roças, e, às vezes, até massacrando suas famílias.” (Borelli *apud* Valentini, 2016, p. 78).

Outra demonstração de poder por parte da companhia e, neste caso, poder político constituía no fato do Vice-Presidente do Estado do Paraná<sup>9</sup>, Affonso Alves de Camargo ser o advogado da subsidiária da BRC, Southern Brazil Lumber e

---

<sup>9</sup> Equivalente nos dias atuais (2023) ao cargo de vice-governador

Colonization Company (Cavallazzi, 2003, p. 76-77). Affonso Camargo utilizava-se de seu cargo para conceder vantagens tributárias à SBLCC e intimidar quem tentasse cobrar mais impostos:

Ninguém ignora as relações que teve ou tem, com a Companhia Lumber, o Sr Affonso Camargo. Logo no começo do atual governo, os interesses dessa imoral advocacia levaram até a sala de conferências governamentais do palácio o projeto de lei que devia colocar a poderosa empresa em condições excepcionais perante o fisco [...] A Câmara Municipal de Rio Negro licitamente havia votado um imposto sobre as madeiras que deviam ser exportadas pela Lumber Company. Pois bem. O respectivo Prefeito chegou a ser chamado telegraficamente a esta capital, e conduzido ao palácio foi aconselhado (por Affonso Camargo) a não executar a cobrança do imposto em questão. (A Tribuna apud Mocellin, 2015, p.88)

E também para envolver-se em compra e venda de terras esbulhadas na região do Contestado: “O Sr Affonso Camargo, sendo advogado da Companhia Lumber, servia-se ao mesmo tempo, desse cargo de confiança para adquirir terrenos, em condições vantajosas para revendê-los para a Companhia, por excelente preço.” (A Tribuna apud Mocellin, 2015, p.89); “Em 1911 a Lumber compra 180.000 hectares de terra em área de jurisdição contestada. Affonso Camargo, chefe da oligarquia paranaense, como advogado da empresa, é intermediário do negócio. A expulsão dos ocupantes, transformados em intrusos, é executada [...]” (Monteiro, 1974, p.31).

Assim como exemplos anteriores, Affonso Camargo virou nome de rua na capital paranaense e para além disso enriqueceu, tendo vida política próspera (duas vezes Presidente do Estado do Paraná. (Mocellin, 2015, p.89).

#### 4. A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO DAS TERRAS

Conforme visto no capítulo anterior, a profundidade do conflito do Contestado vai muito além das questões lindeiras entre Paraná e Santa Catarina; na verdade a Guerra está entrelaçada ao conjunto de transformações excludentes operadas pelo capitalismo: mudanças ambientais, econômicas, de relações sociais, imposição de cultura diversa. E, no centro dessas mudanças, a relação com a terra.<sup>10</sup>

A terra e a natureza, de forma geral, podem ter a sua importância mensurada na medida em que é nelas que o homem operará transformações e acabará por transformar a si mesmo (Lessa, 2007, p.142); nas palavras de Marx (*apud* Lessa, 2007, p.143) “Do mesmo modo como a terra é sua dispensa original dos meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que ele lança, com que raspa, prensa, corta, etc.”

Por isso, historicamente, a subjugação de uma população passa por retirar dela o acesso à terra; empobrecendo-a: “esse açambarcamento das terras, segundo More, é uma das piores violências cometidas contra os camponeses, e acarreta as mais sinistras consequências não apenas para eles, mas também para toda a sociedade. ” (Dardot; Laval, 2017, p.128) e deixando essa vulnerável a condições extremas de exploração:

[..] considerando que as práticas de pilhagem foram necessárias para implantar o capitalismo, ele descreve longamente o processo histórico que privou os pequenos proprietários do uso coletivo das terras comunais e favoreceu sua expulsão das sociedades rurais. Antes que pudesse a violência econômica que engole e tritura os “trabalhadores livres” na fábrica moderna, foi preciso privá-los das possibilidades de trabalho e subsistência em suas comunidades rurais e aldeãs. Para “liberar” os trabalhadores de seus laços de dependência com a família, o clã, a aldeia, a corporação de artesãos ou a terra- portanto para produzir as “condições fundamentais da produção capitalista” -, foi preciso antes destruir as condições da antiga existência feudal e comunitária. (Dardot, P ;Laval, C, 2017, p.129)

Assim, entender a Guerra do Contestado implica entender a dinâmica capitalista em torno da terra, mas também os instrumentos e atores que tornaram possíveis os fatos. Alguns foram apresentados nos capítulos anteriores, mas é

---

<sup>10</sup> Essa visão é corroborada por Rosângela Lunardelli Cavallazzi. Sugere-se leitura da argumentação trazida pela mesma na obra “Contestado: Espaço do camponês, tempo da propriedade privada.

necessário se debruçar também sobre o papel do governo brasileiro para além do conflito e em algumas consequências não abrangidas anteriormente.

Nas questões de distribuição de terras – em especial a lei de terras de 1850- que ajudaram a definir a configuração do Brasil rural em parâmetros que persistem atualmente.

#### 4.1 APOSSAMENTO DAS TERRAS, MIGRAÇÕES NO CAMPO: O PAPEL DO ESTADO QUANDO DEFRENTE À QUESTÃO SOCIAL

O processo de retirada de uma população das suas terras para posterior subjugação desta, como citado no tópico anterior, é trabalhado por Marx, remontando aos tempos da Roma Antiga, Idade Média, mas reforçando que este processo é particularmente presente na implementação do sistema capitalista; trazendo de imediato pauperização social e êxodo rural e, em seguida desemprego, precarização do trabalho, hiperexploração do trabalho, fome, falta de acesso à saúde, saneamento, condições de moradia e pauperismo.

Sobre o apossamento das terras e o êxodo rural:

Falo aqui do cerceamento dos campos e terras abertos que já estão cultivados. Até os defensores do cercamento admitem, nesse caso, que ele aumenta o monopólio das terras, eleva os preços dos meios de subsistência e produz o despovoamento... e mesmo o cercamento de terras incultas, como atualmente se pratica, rouba aos pobres parte dos seus meios de subsistência e amplia as áreas arrendadas que já são grandes demais [...] uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários que se mantêm e sustentam suas famílias com o produto da terra que cultivam, com as ovelhas, aves, porcos etc. que criam nas terras comuns, precisando poucas vezes de comprar meios de subsistência serão transformados em pessoas que terão de ganhar a vida trabalhando para os outros e forçadas a ir ao mercado para comprar tudo do que precisam ... Haverá talvez mais trabalho, pois a coação será maior... Aumentarão as cidades e as manufaturas, pois mais gente afluirá para elas procurando emprego. Este é o sentido em que o açambaramento das terras naturalmente atua [...] (Marx, 1984, p.842-843)

Sobre as consequências da expulsão dos camponeses para as cidades e a postura do governo acerca disso, Marx (1984, p.851) traz exemplo atemporal<sup>11</sup>:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a

---

<sup>11</sup> Embora no exemplo, o período citado não se encaixe formalmente no modo de produção capitalista, entende-se que o exemplo é pertinente, vez que é visível e plenamente aplicável quando do marco temporal da revolução industrial

mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda Europa Ocidental no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. [...] a legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam.

O descrito por Marx como ocorrido na Europa é bastante similar à expulsão dos posseiros, dos caboclos, camponeses, parte dos agregados, peões, ex-funcionários da Companhia e indígenas, das terras ou posses onde habitavam na região do Contestado. As diferenças surgem nos detalhes: no meio-oeste catarinense, por ser um processo que aconteceu posteriormente e, portanto, depois de certo amadurecimento; vê-se um grande conglomerado internacional, respaldado pela legislação brasileira e, apoiado por latifundiários e políticos de influência apossar-se de grandes porções de terras. Mas as dissonâncias param neste ponto; o esbulho continuava a ser extremamente violento e formava uma massa com poucas condições de subsistência. A situação trazida por Marli Auras (2015, p.45) é incrivelmente semelhante à trazida por Marx apesar dos séculos e das condições geográficas e sócio históricas que as separam:

A expulsão desses posseiros, iniciada em 1911, conferiu feição e direção a essa numerosa massa marginalizada, que, de repente, se viu destituída da condição de produzir regularmente seus próprios recursos materiais de subsistência. As condições econômicas vigentes, por sua vez, não eram capazes de absorver essa mão de obra ociosa, haja vista que a produção do mate estava passando, como já registramos, por um período crítico. Tais homens iriam engrossar quantitativa e qualitativamente o grupo majoritário de moradores locais, há tempos já postos à margem do sistema econômico que vinha adquirindo corpo (ervateiros, peões-ervateiros, posseiros de modo geral).

Já a ação do governo ao enviar militares em missão de extermínio contra os redutos guarda paralelo com o segundo trecho trazido. Este segundo trecho<sup>12</sup> traz o papel punitivo que é exercido pelo Estado quando o indivíduo não se encaixa nos moldes da nova sociedade que está surgindo. Nesses casos, a violência aplicada,

---

<sup>12</sup> Tal excerto deve ser lido com ressalvas, pois reproduz alguns pensamentos preconceituosos próprios do período cronológico.

além de punir os infratores, pode ter outros fins, como mostrar poderio para aqueles que desafiam a norma imposta, mostrando o que acontece aos “rebeldes”.

Esse tipo de comportamento por parte das classes dominantes não é somente um comportamento histórico e datado, mas contínuo, perdurando no presente:

Não é episódica, ao contrário, é permanente a convicção de setores dominantes e governantes, civis e militares, de que as manifestações operárias e camponesas ameaçam a ordem pública, a paz social, a segurança, a ordem estabelecida ou “a lei e a ordem”. Qualificam essas manifestações como problema de polícia ou também militar. (Ramos *apud* Ianni, 2004, p.109)

Exceção a este pensamento e, portanto, figura importante no conflito do Contestado, o militar João Teixeira de Matos Costa procurou conhecer e entender o pensamento e as razões dos sertanejos:

A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é, da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito. (Matos Costa *apud* Peixoto *in* Mocellin, 2015, p.128)

Munido de tais ideias, o referido capitão tentou promover mudanças na superestrutura da sociedade:

Matos Costa denunciou também a inépcia dos governos dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, a politicagem grosseira que imperava na região, a violência dos coronéis e as ações oportunistas da Brazil Lumber Company. As autoridades fizeram ouvidos moucos e continuaram tratando a questão social como sendo caso de polícia. (Mocellin, 2015, p.128)

Apesar de posteriormente (em 1962) ter virado nome de cidade, na época, “por suas posições críticas em relação às ações dos coronéis [...], Matos Costa era figura malvista até por seus colegas de farda.” (Mocellin, 2015, p.128).

Assim, analisando a Guerra do Contestado e seus acontecimentos pré-conflito, tornam-se bastante visíveis alguns elementos do processo da entrada e implementação do modo de produção capitalista na região e suas consequências. A larga expulsão dos posseiros, criando exército de reserva, a miserabilização da população; a repressão e culpabilização dos esbulhados, o entender a “questão social” como caso de polícia.

## 4.2 “TRANSFORMAÇÃO DA TERRA EM MERCADORIA” E CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO DO CONTESTADO

O processo de esbulho sofrido pelos camponeses e as consequências mostradas no tópico anterior vem acompanhado ou precedido por uma mudança importante: a “transformação da terra em mercadoria” e a sua precificação.

A princípio, necessário trazer algumas explicações, já que conceitualmente, a terra não possui valor e não pode ser transformada em mercadoria: “sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter um preço” (Martins, 2015, p.36). Assim, não é possível transformar a terra em mercadoria (Polanyi,2021), mas tratá-la como se fosse:

Como o desenvolvimento do sistema fabril organizou-se como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro tiveram que ser transformados em mercadorias, a fim de manterem a produção em andamento. Não era possível transformá-los realmente em mercadorias, pois não eram produzidos para venda no mercado, mas a fantasia de que eram produzidos desta maneira tornou-se o princípio organizador da sociedade. (Polanyi, 2021, p.137)

Em linha de pensamento parecida, Harvey (2013, p. 471) explica que “a teoria da renda fundiária resolve o problema de como a terra, que não é um produto do trabalho humano, pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. [...] O que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito à renda fundiária produzida por ela”.

Assim, no decorrer deste tópico, adota-se o entendimento de que sempre que existir a expressão “transformação da terra em mercadoria”, esta deve ser lida remetendo às considerações feitas acima.

### 4.2.1 A terra como “mercadoria” e precificação

Em 1850, mais de meio século antes da Guerra do Contestado, o Brasil imperial promoveu fundamental mudança legislativa no que diz respeito à política de terras. Esta lei e legislações subsequentes influíram de tal maneira no país que é possível ligá-la facilmente aos esbulhos sofridos na região do Contestado quase sessenta anos depois e, ligá-la, não como única causa, ao incentivo à existência de latifúndios.

A Lei de Terras, como ficou conhecida esta agente de mudanças, ou Lei nº 601 de 1850 trouxe outro marco: a transformação da terra em algo análogo à mercadoria no território brasileiro. As autoras Cavallazzi, Arôxa e Silva (2003, 2017,1996) são unânimes em trazer este ponto. Silva, inclusive discorre sobre a forma que isso foi feito:

Antes de passarmos à análise dos dispositivos da Lei de Terras propriamente dita, cabe fazer algumas observações sobre o intuito contido nela de facilitar a transformação da terra numa mercadoria capaz de substituir o escravo nas operações de crédito para os fazendeiros [...] A fragmentação da propriedade tinha o objetivo de criar uma demanda de terras por parte dos pequenos colonos que faria subir o preço da terra e a tornaria mais apta a substituir os escravos nas hipotecas e operações de crédito. Era, portanto, do interesse dos fazendeiros, que poderiam obter crédito usando a terra como garantia dos seus empréstimos e também dos seus credores, banqueiros, financistas e comissários, que caso executassem as hipotecas teriam uma mercadoria negociável nas mãos. (Silva, 1996, p.137)

Se na prática, por diversos motivos<sup>13</sup>, a Lei de Terras não atingiu o objetivo de fazer a terra ser utilizada como garantia no lugar do escravizado, a “transformação desta em mercadoria” se deu independente disso: “a terra passa a ser mercadoria, ganha preço; isto é, apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca.” (Ianni, 1979, p. 154).

Tal pode ser verificado em todo o texto legal, mas, de modo impactante já no primeiro artigo: “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. ” (Brasil, 1850).

#### 4.2.2 A terra como “mercadoria” e o Contestado

A leitura dos artigos da Lei de Terras traz uma interpretação bastante clara: a regularização das posses e conseqüente transformação destas em propriedade dizia respeito aos financeiramente abastados com aceno aos imigrantes. Aos futuros escravizados<sup>14</sup> e aos pequenos posseiros, detentores de roças de subsistência restavam multas, não reconhecimento da propriedade e, portanto a sujeição à invasão por terceiros.

---

<sup>13</sup> Para um estudo detalhado sobre os motivos da terra não ter sido usada plenamente como garantia no período ver Lígia Osório Silva em terras devolutas e latifúndios: Efeitos da Lei de 1850

<sup>14</sup> A lei Eusébio de Queiroz, primeira legislação a nível nacional a restringir o comércio de escravos é de 1850, mesmo ano da Lei de Terras.

Na prática e, em especial com o tempo e o advento da República Velha, alguns artigos<sup>15</sup> da Lei de terras não foram aplicados plenamente, o que, em tese, favoreceria os mais empobrecidos; ocorre que, mesmo com esta situação, a aplicação concreta da lei continuava a perpetuar a situação dos ricos e a desfavorecer os não abastados:

Esse aspecto do imaginário do sertanejo não deixa de ser surpreendente, quando se pensa na enorme quantidade de terras devolutas que poderiam despertar a sua cobiça, e na existência de uma legislação de terras que favorecia o apossamento, constituindo um indício de que nem as terras nem a legislação lhes pareciam ao alcance da mão. O momento era propício à formação da propriedade particular da terra e, no entanto, paradoxalmente eles lutavam pela “terra prometida”, como ante-sala dos céus [...] Esses fatos estavam a indicar que nem a abundância de terras nem a existência de uma legislação favorável eram suficientes para contrastar a situação social concreta imperante no sertão marcada pela violência e pelo coronelismo. (Silva, 1996, p.261).

Ocorre que, como salientou a autora, somente a análise da legislação e suas aplicações não explica totalmente o resultado concreto. No caso da Guerra do Contestado pode-se adicionar alguns elementos, aos colocados por Lúcia: violência; coronelismo (que aqui pode ser lido como interferência política); impossibilidade de acesso à justiça e aos ritos formais determinados em legislação; corrupção; grilagem e favorecimento de determinados demandantes.

Neste sentido, Heller exemplifica um pouco do cenário de violência; interferência política; corrupção; grilagem e favorecimentos pessoais que foram realidade no Contestado:

Entre os últimos suspiros do Império e o advento da República, o governo federal resolveu construir uma ferrovia para ligar o centro ao sul do país, cortando as terras do Contestado de ponta a ponta, resultando na imediata valorização de terras que foram apropriadas pelos grandes fazendeiros, protegidos pelos seus capangas armados e forças policiais para a expulsão imediata e sistemática de posseiros. [...] Questionava-se na imprensa e no Congresso a legitimidade da concessão de terras ao Sindicato Farquhar<sup>16</sup>, pois nos termos da lei agrária de 1850 a aquisição de terras só seria feita por títulos de compra. Burlava-se a lei imperial na República. [...] Em 1911 o Paraná reconheceu os “direitos” do poderoso grupo Farquhar e não poderia ser diferente: o vice-governador Affonso Alves de Camargo era advogado da

---

<sup>15</sup> Como explica Lúcia Osório da Silva *in* Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850, os grandes posseiros descumpriram prazos da Lei de Terras para regularizar seus domínios no intuito de anexar mais domínios.

<sup>16</sup> O acordo realizado para a construção da Estrada de Ferro previa a concessão de 15 km de terras para cada lado do trilho do trem. Terras nas quais deveria ser implantado programa de colonização, mas também poderia ser explorado pelo Grupo Farquhar por determinado período de tempo.

Brazil Railway. Com a conivência das altas autoridades, a ferrovia apoderou-se de seis bilhões de m<sup>2</sup> de terras férteis. (Heller, 2012, p.197).

Já Machado (2004, p.140) traz a impossibilidade de acesso à justiça e aos ritos formais determinados em legislação por parte dos caboclos:

Estes pequenos agricultores e criadores caboclos, além de estarem distantes dos dispositivos do Estado que poderiam levar à regularização de suas posses, na maior parte das vezes nem sentiam necessidade de assim proceder [...]. Se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seus sítios à bala, pouco adiantando terem ou não um documento registrado em cartório. Em caso de quererem regularizar suas posses, teriam de juntar uma papelada que não possuíam e gastar um dinheiro [...] que lhes era escasso. [...]. Outro problema legal estava associado às posses por herança, uma vez que raramente os pequenos lavradores faziam inventário e muitos não possuíam qualquer registro civil.

A contextualização para a realidade do Contestado e a exemplificação, ainda que rápida, dos elementos trazidos por pela autora Lígia; ajudam a entender melhor o processo de expulsão dos sertanejos de suas terras e a se concluir que se a terra havia se “tornado mercadoria”, essa “mercadoria” possuía destinação certa. E certamente não era àqueles destinados pelo capitalismo aos, como colocado por Marx, destinados a se tornarem exército de reserva.

#### 4.3 ELEMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL” E O CONTESTADO

Nos tópicos anteriores deste capítulo fora vislumbrada a “questão social” e elementos formadores desta sem propriamente nomeá-la adequadamente ou ligar os elementos trabalhados. Entretanto, necessário fazê-lo, para que a “questão social” e suas expressões sejam vistas com maior nitidez no que se refere à Guerra do Contestado.

Assim, primeiramente se faz necessário entender sobre o que versa a “questão social” e suas relações com o capitalismo.

Paulo Netto (2001, p. 41-49) aponta que “a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo.” ou seja, a “questão social” é inerente ao sistema capitalista e exclusiva deste.

Para justificar a afirmativa, o autor, baseando-se em Marx explica que “a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração.” (Paulo Netto 2001, p. 41-49).

A exploração que regida pela lei geral de acumulação capitalista resulta na “contradição fundamental e mais importante: produzir riqueza sob a forma de capital na mesma razão exponencial que produz miséria.” (Duarte, 2015, p. 307-333).

Neste processo de acumulação, o sistema capitalista irá produzir necessariamente o exército de reserva. Uma massa de trabalhadores desempregados ou de alguma forma forçados para fora do mercado de trabalho. Esta massa acaba por exercer uma “pressão invisível” naqueles que estão empregados, já que supostamente aceitariam condições precarizadas ou salários menores para ocupar a vaga daqueles. Conforme Duarte (2015, p. 307-333):

A existência do “exército industrial de reserva” é a condição para a reprodução ampliada do capital, à medida que impulsiona a concorrência entre os trabalhadores e permite aos capitalistas pressionarem para baixo o salário da parcela ocupada da população devido às pressões da parte excedente, submetendo-os à elevação da taxa de exploração do trabalho.

E assim o ciclo torna-se completo para poder repetir-se novamente, gerando riqueza para uma classe e pobreza para outra.

Tornando visíveis alguns pontos da lei geral da acumulação capitalista, pode-se pensar na “questão social como decorrente das relações sociais capitalistas através da contradição entre capital e trabalho.” (Duarte, 2015, p. 307-333). Autores como Carvalho e Yamamoto (2001, p.77) trazem como parte do conceito a organização da classe operária e consequente demanda desta por direitos:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Assim, após rápida visualização sobre o conceito e os elementos formadores da “questão social”<sup>17</sup>, retoma-se o tema da Guerra do Contestado.

Conforme discutido nos tópicos anteriores, o esbulho das terras dos camponeses já era observado por Marx como processo integrante para a formação das primeiras massas que seriam obrigadas a realizar a migração campo-cidade e, não terem outra escolha a não ser vender sua força de trabalho ou virar exército de reserva, pressionando os trabalhadores empregados. Neste sentido:

---

<sup>17</sup> Aqui não há qualquer pretensão em esgotar o tema, cuja discussão não se encontra encerrada no que diz respeito inclusive ao conceito

Sabe-se que as manifestações da questão agrária são anteriores à explicitação da questão social; a primeira é fruto do processo de acumulação primitiva de capital na Europa, que se constituiu como base para o desenvolvimento capitalista propriamente dito, através da expropriação camponesa e da formação da propriedade capitalista da terra, que foram os processos históricos responsáveis pela oferta do trabalhador livre, despossuído dos meios de produção, ao capital. (Duarte, 2015, p. 307-333).

Com o esbulho das terras no meio-oeste catarinense, o cenário político social econômico que já se desenhava (com a baixa absorção de agregados, o declínio da economia do mate) ganhou velocidade, criando exército de reserva. Este foi aumentado com a dispensa dos trabalhadores da Estrada de Ferro que não tiveram escolha a não ser ficar na região.

A migração campo-cidade descrita por Marx não ocorreu no Contestado. É possível conjecturar que esta particularidade ocorreu pelo fato do Brasil ser, no período quase totalmente ligado à economia agrária, os períodos de industrialização intensa se deram depois de 1930.

Mas os sertanejos tampouco iriam ser reabsorvidos no campo. Os novos trabalhadores do campo seriam os imigrantes europeus, tanto para receber terras, quanto para trabalhar para os fazendeiros já estabelecidos. Tanto a lei de terras quanto o contrato do governo com o Grupo Farquhar previam a facilitação da vinda de mão de obra estrangeira e da fixação desta no país.

Sem escolhas e já passando dificuldades, os sertanejos e ex-trabalhadores da Estrada de Ferro se reuniram em redutos. Se o movimento pareceu tomar rumos diversos em alguns momentos ou não ter um objetivo concreto para alguns autores como Vinhas de Queiroz, para outros como Marli Auras (2015, p.176), “os sertanejos foram sujeitos da história ao construírem a irmandade, seu inequívoco manifesto de rejeição à ordem capitalista em curso”. Corroboram o ponto de vista de Auras, alguns atos ocorridos no decorrer da Guerra como “ataques às estações e à madeireira do grupo e conflitos com os colonos instalados pela *Lumber*” e a frase “É tudo pra gente das Oropa” atribuída a um integrante dos redutos.

Atos estes que podem ser lidos, como sinal de organização do proletariado (ainda que de forma inicial) e exigência, acompanhada de luta, por direitos; o que faz o conflito do Contestado encaixar-se na definição de “questão social” trazida neste tópico. Nas palavras de Ianni (2004, p.114 ): “Desde Canudos e Contestado até as tomas de terras nos dias atuais, da Amazônia ao Sul, são muitas as manifestações dos desencontros que se sintetizam na questão social”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Contestado é frequentemente comparada com algumas insurreições do século XIX e início do século XX; especialmente com Canudos. Embora menos famoso que este, o Contestado legou um enorme saldo de mortos, problemas com o IDH que subsistem em algumas cidades da região até os dias atuais (como por exemplo Timbó Grande e Lebon Régis) e, também foi a primeira Guerra onde o Estado brasileiro empregou o uso de avião.

Tomados até hoje como fanáticos, xucros, bandidos os camponeses, caboclos e sertanejos da região, na verdade, “buscaram criar um novo tipo de sociedade onde imperasse justiça e solidariedade” (Mocellin, 2015, p.212). Nesta nova sociedade, onde quase tudo era partilhado, existiam regras próprias, como a surra para quem desobedecesse às normas internas e a oração coletiva. O elemento religioso que, aliás, serviu para desacreditar e descaracterizar o movimento, legando aos sertanejos a alcunha de “fanáticos” funcionava como uma “cola social”, um agregador dos participantes do movimento; muito à semelhança do que é feito atualmente em movimentos sociais – como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) -.

A frase "É tudo pras gente das oropa" demonstra que o caboclo conseguia elaborar a percepção de que era preterido frente aos imigrantes europeus, que a questão de terras era o centro em seus problemas e, também que a empresa que aportara na região representava importante elemento de mudanças; tanto é que a serraria do Grupo Farqhar foi atacada e incendiada no período.

Entretanto, algumas leituras foram feitas de forma errônea - e isso não é uma crítica ao sertanejo, afinal, mais de cem anos após os acontecimentos, longe do calor dos fatos e com informação e tecnologia para obtê-la de forma rápida e fácil, torna-se desleal afirmar "deveriam ter percebido isto" ou "entender aquilo era fundamental" - entre elas, que o tipo de governo: monarquia ou república pouco influiria nos acontecimentos do Contestado.

Claro, poderia-se discutir que a república possibilitou maior poder aos estados da federação, permitindo surgir e ter muito poder homens como Affonso Alves de Camargo que usaram de seu prestígio e cargo para auferir vantagens pessoais em detrimento de seu povo, o qual entregou à guerra de extermínio.

Ocorre que homens como Affonso Camargo poderiam sim surgir no Brasil império, com cargo diferente, talvez com menos poder. A Lei de Terras de 1850 que continha mecanismos para dificultar o registro de terras por aqueles menos abastados foi produto do império. A mentalidade de entender certos grupos como cidadãos de segunda categoria e, portanto, descartáveis não adveio com a república velha.

Mais importante que o tipo de governo é o sistema econômico. Quando o capitalismo se instaura no meio oeste catarinense por meio do Grupo Farquhar, a percepção de Marx encontra eco: o sistema capitalista é precedido pela espoliação de terras dos camponeses, que ficam sem ter para onde ir, formando exército de reserva, sofrendo com expressões da questão social e, em caso de qualquer sinal de "inadequação", sendo reprimido pelas forças policiais/militares.

No caso dos caboclos do Contestado a espoliação não veio somente através da força até porque o modus operandi do sistema capitalista acaba por tornar-se mais sutil com o tempo. A espoliação se deu com o auxílio da Lei de Terras, com sua forma de aplicação e com o instrumento burocrático, de acordo entre o Grupo Farquhar e o governo que dava a este grande quilometragem de terras para exploração, ignorando a própria legislação. Ou seja, no que tocava a desvantagens para os caboclos, a legislação era cumprida; no que tocasse a desvantagens para o grupo capitalista, ignorava-se a lei.

Quando se viram sem ter para onde ir, os sertanejos não se dirigiram à grandes cidades para tornarem-se exército de reserva, muito pelas características da economia fortemente agrária do Brasil na época. Como forma de resistência – e frise-se aqui: não intencional- formaram redutos. Redutos onde podiam expressar sua fé de forma plena e manter seus costumes. Redutos onde o Grupo Farquhar e os coronéis não teriam ingerência; redutos onde o modo de produção não era o capitalista.

Mas, novamente, como o descrito por Marx o destino daqueles que não se adaptavam ou encaixavam na ordem capitalista vigente era a repressão violenta por parte do Estado. Vislumbres de aparelhos de hegemonia também podem ser notados quando é feita leitura de reportagens jornalísticas da época ou quando se analisa o posicionamento e a função do frei Rogério Neuhaus.

Assim, vendo a Guerra do Contestado como um todo; o encadeamento dos acontecimentos; os atores; todo este processo que se inicia com a tomada

de terras e termina com a morte, dispersão, empobrecimento e outras formas de miséria; passando pelo embate entre classes pode-se lê-lo como “questão social” e suas consequências como fome, miséria, pobreza como expressões da questão social.

## REFERÊNCIAS

ARÔXA, Barbara. H. A terra como mercadoria: algumas considerações sobre o espaço urbano londrinense. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 39, p. 215–241, jan-jun 2017. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3627>>. Acesso em: out. 2023.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 5.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.)>. Acesso em: nov.2023.

CARVALHO, R. de; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALLAZZI, Rosângela. L. **Contestado**: espaço do camponês, tempo da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUARTE, Kamilla. A. Serviço Social e questão agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporalis**, Brasília, n. 30, p. 307–333, jul-dez 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10995/8399>>. Acesso em: jan. 2024.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HELLER, Milton Ivan. **A atualidade do Contestado**: edição do centenário da guerra camponesa. Curitiba: J.M, 2012.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pensamento social no Brasil**. Petrópolis: Edusc, 2004.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Jose de S. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 9.ed. v.2. São Paulo: Difel, 1984.

MOCELLIN, Renato. **Pelados x peludos**: o massacre dos xucros. Curitiba: Site, 2015.

MONTEIRO, Duglas. T. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Livraria duas cidades, 1974.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social. *Temporalis*, Brasília, n.3, p. 41-50, jan-jul 2001.

MACHADO, Paulo.P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

REIS, Rafael. F dos. O Papel das ferrovias no processo de expansão das fronteiras. **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias**, ANPUH-RJ, outubro de 2019. Disponível em: <[https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570506948\\_ARQUIVO\\_a89b0c56a86e849681f0dadd28f1ab13.pdf](https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570506948_ARQUIVO_a89b0c56a86e849681f0dadd28f1ab13.pdf)>. Acesso em: out. 2023.

SILVA, Ligia. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

THOMÉ, Nilson. **História do trem no Contestado**. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.

TOMAZI, Gilberto. Heranças e direitos dos jovens do Contestado. **Visão Global**, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 113–138, jan-jun 2008. Disponível em: < <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/download/493/237/1952> >. Acesso em: dez. 2023.

VALENTINI, Delmir José. A atuação da Brazil Railway Company: e o desencadeamento da Guerra na região do Contestado. **Revista história catarina**. p.57-72, abr, 2010.

\_\_\_\_\_. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do Contestado. 4.ed. Chapecó: Argos, 2016.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966.

WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César; MOURA, Aureliano. P de; AXT, Gunter; SANCHES, Helen Crystine. C (org). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.